

POLÍTICA EXTERNA

Política Externa

A política externa do Brasil é decorrência dos princípios que presidem, no plano interno, às realizações do Governo e, na sua condução, atém-se a diplomacia brasileira aos objetivos nacionais básicos do desenvolvimento e da segurança.

Para o Brasil, os valores da civilização ocidental são fundamentais: a própria cultura nacional é integrante dessa' civilização, para cujo enriquecimento material e espiritual tem o povo brasileiro contribuído. Assim, a ação externa do Brasil projeta, necessariamente, esses mesmos valores no plano internacional, com toda a riqueza que encerram.

A política externa não se exerce num plano abstrato: ela se dirige a realidade determinada, o universo das Nações.

Para países de grandes potencialidades e projeção externa, como o Brasil, essa complexidade do quadro internacional é um desafio de presença, não de isolamento. O contato, a participação, o diálogo ensejarão ao País maiores possibilidades de atendimento aos interesses nacionais, enquanto o isolamento estiola a capacidade de atuar e de influir, seja no campo bilateral seja no da ação multilateral.

Daí a necessidade imprescindível de uma diplomacia moderna, ágil, dinâmica e eficiente, ajustada a tais princípios e realidades que enfermam e condicionam a defesa dos interesses nacionais.

Atravessa o Brasil, nas suas relações internacionais, uma fase de transição. As superpotências vêm procurando encontrar áreas específicas de convergência, num processo que, um tanto simplificadamente, se vem caracterizando como de distensão. Uma das consequências do processo é a abertura para um sistema de poder menos bipolarizado, que torne possível o relaxamento dos alinhamentos automáticos do pós-guerra. A recusa ao automatismo dos alinhamentos não significa, porém, o abandono dos valores tidos em comum com outras

Nações. Significa, apenas, que a liberdade de ação, na esfera internacional, deve: ser condicionada pelo interesse nacional.

A crise econômica mundial continua a constituir sério empecilho para o esforço de crescimento e elevação do padrão de vida dos países em desenvolvimento. Entretanto, a agravação dos problemas avivou a consciência da interdependência crescente nas relações econômicas internacionais. Deve-se explorar a forma criadora da interdependência, na superação das dificuldades do momento e na busca da solidariedade econômica internacional. A interdependência, contudo, não deve ser entendida como entrave ou restrição à soberana capacidade decisória dos Estados. Será, antes, consequência necessária das independências nacionais e não fórmula substitutiva de tais independências. Nesse sentido, pode-se falar numa interdependência horizontal, que substitua o conceito vertical, originado de estruturas coloniais.

As Grandes Linhas de Atuação

O ano de 1975 assinalou-se por intensa atividade diplomática, nas linhas programáticas fixadas pelo Governo em março de 1974.

No que diz respeito às relações com os países latino-americanos, destacam-se as visitas feitas pelo Chefe de Estado ao Uruguai e ao Paraguai, durante as quais foram firmados importantes acordos com as duas repúblicas vizinhas.

Em retribuição à visita que fez a Brasília o Chanceler peruano, o Chanceler brasileiro visitou oficialmente o Peru, ocasião em que foram firmados novos acordos entre os dois países. A reunião da Comissão Mista Brasil- Peru, realizada em Lima, deu novo impulso à cooperação econômica entre os dois países. O Brasil recebeu a visita do Chanceler da Venezuela, com o qual foram examinados aspectos inéditos da cooperação bilateral. A visita ao Brasil do Chanceler argentino permitiu o exame conjunto de questões de interesse, nas relações bilaterais.

A cooperação entre o Brasil e a Bolívia foi incrementada com a vigência de créditos concedidos pelo Brasil para programas prioritários naquele país.

O Brasil reconheceu, no dia da independência, a nova República do Suriname e com ela estabeleceu relações diplomáticas.

O ano de 1975 viu, também, a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida e o início de cooperação do Governo brasileiro com outros signatários desse Tratado.

No plano multilateral latino-americano, destaca-se a assinatura do convênio constitutivo do Sistema Econômico Latino-americano — SELA, para cuja formulação finalo Brasil contribuiu construtivamente.

Durante o ano, o Governo procurou ativar as consultas com os Estados Unidos da América, tanto em assuntos bilaterais, quanto em assuntos multilaterais.

Quanto à África, foi acentuado o esforço no sentido de expandir as nossas relações com aquela área prioritária da atuação diplomática brasileira.

O Ministro das Relações Exteriores visitou a Costa do Marfim, com proveitosos resultados para o intercâmbio bilateral.

Visitaram o Brasil o Presidente do Gabão e os Chanceleres do Quênia, de Guiné-Bissau, de Lesoto e do Zâmbia.

As nossas relações com a maior parte dos países do Oriente Próximo continuaram a desenvolver-se. Por ocasião da visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Coveite, foram estabelecidas relações diplomáticas plenas com aquele país. Foi assinado Acordo de Cooperação Econômica e Técnica com a Arábia Saudita. Outros importantes documentos foram concluídos por missões brasileiras à Líbia e ao Irã.

O ano de 1975 assinalou-se por marcante aprofundamento nas relações com os países europeus ocidentais.

Durante a viagem à República Federal da Alemanha, foi assinado o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear. A visita serviu, também, para inaugurar consultas em nível político entre os dois Governos. As visitas a Londres, Paris e Roma tiveram o mesmo propósito de criar mecanismos de consulta intergovernamental, o que é indicativo do papel que o Brasil passou a desempenhar no cenário mundial.

Nessa ordem de ideias, foi importante a participação do Brasil na Conferência de Cooperação Econômica Internacional, reunida em Paris por convite do Presidente da França, onde passou a atuar de forma permanente nos comitês de Energia e de Financiamento.

Em conferências e organismos internacionais, a participação do Brasil foi intensa. Merecem relevo a VII Sessão Especial e a XXX Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas e a Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

Durante a VII Sessão Especial, a delegação do Brasil apresentou proposta sobre a negociação de acordo geral relacionado com o comércio entre países desenvolvidos e países

em desenvolvimento, a qual foi passada à consideração do IV UNCTAD e da XXXI Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Questões de Política Externa

Assuntos Americanos

Em julho, atendendo a convite do Presidente da República Oriental do Uruguai, o chefe do Governo visitou oficialmente a cidade de Rivera, sendo assinado, pelos Chanceleres do Brasil e do Uruguai, o mais amplo complexo de acordos de cooperação na história das relações entre dois países: Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, Protocolo de Expansão Comercial, Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, Convênio de Crédito para Aquisição de Bens de Capital Brasileiros, Convênio sobre Transporte Marítimo, Convênio sobre Transporte Fluvial e Lacustre e Acordos relativos ao financiamento brasileiro para a lavoura de trigo no Uruguai, interconexão elétrica, constituindo um grupo de trabalho binacional para estudar meios e modos de implementara colaboração brasileira na construção da central hidrelétrica de Palmar, acordo pondo em vigor o acordo sobre a definitiva fixação da barra do Arroio Chuí e de seu limite lateral marítimo e acordo sobre obras de contenção do trecho final e da barra do Arroio Chuí.

Em dezembro, atendendo a convite do Presidente do Paraguai, o chefe do Governo realizou visita oficial a Assunção, acompanhado pelos ministros das Relações Exteriores, Exército, Fazenda, Transportes, Educação e Cultura, Minas e Energia e do Gabinete Militar da Presidência da República, ocasião marcada por importantes atos, entre os quais a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai, a assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, a entrega, a ambos os governos, do Plano Diretor de Integração dos Sistemas de Transportes do Brasil e do Paraguai, elaborado pela Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes — GEIPOT, em decorrência do compromisso assumido pelo Governo brasileiro em 1974, e a assinatura, entre a ELETROBRÁS e a Itaipu Binacional, de contrato pelo qual a primeira concede recursos da ordem de Cr\$ 31,4 bilhões, a mais importante operação de financiamento já realizada por entidade brasileira.

A visita foi ainda marcada pela restituição, que pessoalmente fez o Chefe do Governo, do «Livro de Ouro», relíquia da guerra do Paraguai, ao Governo daquele País.

Visitou oficialmente o Brasil, em setembro de 1975, o Chanceler da Argentina, tendo sido recebido em audiência especial pelo Presidente da República.

Com a adesão ao Tratado da Antártida, em 16 de maio de 1975, e com a incorporação do citado ato internacional ao Direito brasileiro, através de decreto de promulgação, o Brasil passou a ser titular dos direitos e obrigações previstos naquele instrumento, do qual participam atualmente 19 Estados.

O Ministro das Relações Exteriores chefiou a Delegação do Brasil à VII Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, realizada em Cochabamba, entre 26 e 29 de maio de 1975, que adotou decisões referentes a assuntos financeiros e de infraestrutura física e, em especial, a questões de ordem institucional.

Com a Bolívia, assinale-se a conclusão das negociações sobre os termos e condições dos créditos concedidos àquele país, nos montantes de us\$ 10 milhões, para estudos de viabilidade técnica do acordo sobre o gás natural, e de us\$ 50 milhões, na forma de contribuição para a constituição do Fundo de Desenvolvimento Nacional da Bolívia. Outro ponto de importância é representado pela acelerada implementação dos estudos relativos ao Plano Diretor de Vinculação Rodoviária, entre os dois países.

Com o Peru, assinalaram-se as visitas do Chanceler peruano ao Brasil e do Chanceler brasileiro a Lima, quando foram assinados o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos e o Convênio de Cooperação Turística. Foi também celebrado com aquele país o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica e está em negociação um Tratado de Comércio.

Continuam os estudos sobre a execução do projeto bilateral da via interoceânica entre o Brasil e o Equador.

Com a Colômbia, foram assinados três importantes instrumentos bilaterais: o Convênio de Cooperação Técnica sobre Telecomunicações e Serviços Postais, o Convênio de Serviços de Telecomunicações e o Convênio Operacional e de Exploração dos Serviços de Telecomunicações entre a EMBRATEL e a TELECOM.

Nossas relações com a Venezuela foram marcadas pelas visitas de três Ministros de Estado venezuelanos ao Brasil, titulares das pastas de Relações Exteriores, Fazenda e Planejamento.

Na data da independência da mais jovem nação soberana da América do Sul, o Suriname, foi criada a Missão diplomática do Brasil em Paramaribo, após o estabelecimento das relações diplomáticas em nível de embaixada. Representou o Brasil nas cerimônias da independência daquele país o Ministro da Marinha.

O Governo brasileiro prestou assistência ao Haiti, atingido por fortes secas.

Registraram-se, outrossim, as visitas do Vice-Presidente do Panamá e do seu sucessor a Brasília.

O Vice-Presidente da Guatemala visitou, igualmente, a Capital da República.

O Chanceler brasileiro encontrou-se por três vezes com o Secretário de Estado norte-americano. Outrossim, a convite do Governo, visitou o Brasil o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, William Rogers.

No plano da cooperação bilateral, pode-se destacar a renegociação do acordo de pesca concluído entre os dois países em 1972. No novo instrumento, em que se salvaguarda a posição de ambos os países em matéria de águas territoriais, aceitaram os Estados Unidos a substituição do acordo de cessão de áreas para operação de pesqueiros estrangeiros pela constituição de empreendimentos conjuntos, através dos quais a indústria brasileira de pesca atinja uma participação crescentemente significativa na captura de pescado nobre nas costas norte e nordeste do País.

Em foros internacionais de produtos de base, não obstante as conhecidas diferenças de posição entre os dois países, foi possível a manutenção de um diálogo construtivo com o Governo norte-americano, especialmente no âmbito da Organização Internacional do Café, o que facilitou em grande medida a conclusão do III Convênio Internacional, que apresenta boas perspectivas de aprovação pelo Executivo dos EUA.

Por outro lado, certa recrudescência de tendências protecionistas nos Estados Unidos da América, exemplificada sobretudo na aplicação de direitos compensatórios a produtos de exportação brasileira, contribuiu para criar preocupações quanto às perspectivas de desenvolvimento do comércio entre os dois países. Consultas de alto nível vêm sendo conduzidas para o exame conjunto dos problemas surgidos nas relações econômicas, havendo visitado o Brasil, para esse fim, o Subsecretário para Assuntos de Comércio, Charles Robinson, durante cuja visita foi instalado o Grupo Econômico Consultivo Brasil- EUA, e o Vice

Representante Especial do Presidente dos EUA para Negociações Comerciais, Embaixador Yeutter, que participou das reuniões do Subgrupo Consultivo de Comércio.

África

Uma consistente ação diplomática e política permitiu caracterizar que o Governo brasileiro se sobrepõe a vicissitudes de toda ordem, na sua deliberação de tornar efetiva a aproximação com as nações do continente africano, nos campos político, cultural, econômico e comercial. Nos contatos havidos com os chanceleres africanos, por ocasião da XXX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, ficou evidenciada a resposta positiva ao esforço brasileiro, a que vem correspondendo o crescente interesse dos países da área nas suas relações com o Brasil.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com todas as nações de língua portuguesa que alcançaram sua independência neste período: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Igualmente, foi instalada no começo do ano a Embaixada do Brasil em Guiné-Bissau, cuja representação se estendeu a Cabo Verde.

Intensificou-se, de modo particular, o intercâmbio de visitas oficiais, como a do Presidente do Gabão, dos Chanceleres do Quênia, Guiné-Bissau, Lesoto e Zâmbia, além de numerosas outras personalidades e de missões, de nível ministerial ou técnico. O Chanceler do Brasil empreendeu viagem à Costa do Marfim, com promissores resultados para o intercâmbio bilateral e desenvolvimento de atividades similares em relação a outros países da costa ocidental africana. Com o apoio do Governo, teve expansão significativa a exportação de serviços de empresas brasileiras, como o atestam, por exemplo, importantes obras de construção civil na Mauritânia e de telecomunicações na Nigéria, executadas por firmas brasileiras.

Oriente Próximo

Medida das mais importantes foi o estabelecimento de relações diplomáticas plenas com o Estado do Coveite – quarto fornecedor de petróleo, no Oriente Próximo, ao Brasil – por ocasião da visita oficial a Brasília, em fins de março, do Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país. No decorrer da mesma visita, foi assinado Acordo de Cooperação Econômica, que estimula a criação de comissão mista para coordenar a cooperação entre o Brasil e o Coveite.

Com a Arábia Saudita — principal fornecedor de petróleo ao Brasil — o Governo brasileiro assinou, em abril, Acordo de Cooperação Econômica e Técnica. A coordenação da cooperação entre os dois países ficará a cargo de uma comissão mista, criada pelo citado instrumento.

Missão chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério da Indústria e Comércio assinou em Trípoli, em julho, protocolo pelo qual ficou criada a Comissão Mista Brasil- Líbia, com vistas a incrementar a cooperação econômica e comercial entre os dois países.

Como resultado de entendimentos mantidos, em Teerã, pelo Presidente do Banco do Brasil, foi concluído, em novembro, em Brasília, por troca de notas, acordo que institui a Comissão Mista Brasil-Irã, com o objetivo de ampliar a cooperação entre os dois países nos campos comercial, técnico e financeiro.

Extremo Oriente e Oceania

Verificou-se em agosto a visita do Vice-Primeiro Ministro do Japão, que manteve conversações com o Chefe do Governo brasileiro e diversos Ministros de Estado e firmou os entendimentos havidos por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro daquele país, em setembro de 1974, tendo declarado o propósito do Governo japonês de manter os compromissos assumidos com relação aos empreendimentos conjunto sem estudo nos setores da exploração de alumínio, produção de polpa de papel e no desenvolvimento do setor siderúrgico. Nessa oportunidade foi confirmada a visita do Presidente Geisel ao Japão em 1976, ocasião em que serão abordados os principais aspectos políticos e econômicos das relações bilaterais.

A fim de ampliar seus contatos e incrementar o intercâmbio comercial com os países da área, o Governo brasileiro providenciou a instalação das Embaixadas do Brasil em Dacca, Jácarta e Pequim, criadas em 1974.

Europa Ocidental

Intensificaram-se os contatos de natureza bilateral e importantes instrumentos de cooperação foram firmados, criando mecanismos regulares de consulta política em alto nível e dispondo sobre a coordenação e intensificação do intercâmbio econômico, comercial, científico e tecnológico.

Notável incremento tiveram as relações com a República Federal da Alemanha. O Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear, firmado em Bonn no mês de junho, pelos seus aspectos de transferência de tecnologia, terá histórico papel no desenvolvimento nacional. Em novembro, visitou o Brasil o Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha, havendo, na ocasião, sido assinado um Protocolo de Cooperação Financeira. Em dezembro, em Brasília, foram trocados os instrumentos de ratificação do Acordo de Bitributação entre os dois países, cuja negociação se havia iniciado há sete anos.

No âmbito do Mercado Comum Europeu, o Governo brasileiro continuou a desenvolver vigorosa atividade no sentido de evitar os efeitos de certas medidas discriminatórias da comunidade, ou seus membros individualmente, sobre as exportações brasileiras.

Em setembro, foram estabelecidas relações diplomáticas com a República da Irlanda.

Leste Europeu

No que concerne ao Leste Europeu, procurou o Brasil desenvolver novos mecanismos de comércio, mais adaptados à forma de operar, no comércio exterior, dos países socialistas.

Assim, realizaram-se, em 1975, reuniões das Comissões Mistas previstas nos respectivos acordos de comércio e pagamentos com a Polônia e Bulgária (janeiro), Tchecoslováquia e União Soviética (março) e Romênia (maio). Cabe também ressaltar as assinaturas do Acordo sobre Fornecimento de Maquinaria e Equipamento da URSS ao Brasil e sobre Fornecimento de Mercadorias Brasileiras à URSS e do Protocolo de intenções para a venda de minério de ferro à Polônia, e para a compra, pelo Brasil, de carvão coqueificável polonês, que entrou em vigor em outubro passado. A união Soviética utilizará os recursos gerados pelas compras brasileiras para a aquisição de mercadorias ao Brasil, incluindo artigos manufaturados e semimanufaturados.

As relações comerciais do Brasil com a República Democrática Alemã foram institucionalizadas pela assinatura, em novembro de 1975, do Acordo de Comércio e Pagamentos, mantendo a moeda-convênio como meio de pagamento e criando a Comissão Mista Brasil-RDA.

Visitou o Brasil, oficialmente, o Presidente da República Socialista da Romênia.

Organismos Internacionais

No plano das relações hemisféricas, destacaram-se os trabalhos da Comissão Especial para estudar o Sistema Interamericano e propor medidas para sua reestruturação. As emendas à Carta da OEA e projetos de novos instrumentos jurídicos, como o de Convenção sobre Segurança Econômica Coletiva para o Desenvolvimento, deverão ser submetidos à consideração de Assembléia Geral Extraordinária. O primeiro resultado do processo de reformulação do Sistema Interamericano concretizou-se na realização, em São José da Costa Rica, da Conferência de Plenipotenciários para a Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, em que se aprovou, com o apoio do Brasil, o Protocolo de Emendas ao TIAR, tendo sido incorporado, ao novo texto, dispositivo reconhecendo que, para a manutenção da paz e da segurança no continente, deve garantir-se, também, a segurança econômica coletiva para o desenvolvimento dos Estados-membros. Além da Assembléia Geral de praxe, a Organização auspiciou a realização da V Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho. O Brasil participou das conferências preparatórias e assinou o convênio constitutivo do Sistema Econômico Latino-Americano — SELA.

No âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC, o Brasil participou das denominadas «Negociações Coletivas», visando primordialmente à dinamização do organismo através da criação de novos instrumentos de desgravação tarifária, com vistas à expansão e diversificação do intercâmbio intra-regional. Dentre os novos mecanismos tarifários cuja institucionalização se busca na ALALC, cabe destacar o que deverá permitir aos Estados-membros concertarem entre si acordos multissetoriais por pares ou grupos de países, cujas concessões beneficiarão unicamente aos países participantes. A par dessa abertura inovadora, cumpre salientar a ampliação ou renegociação de vários acordos setoriais de complementação industrial firmados pelo Brasil na ALALC e relativos aos setores químico-farmacêutico, petroquímico, fotográfico e de corantes e pigmentos, áreas particularmente dinâmicas do parque manufatureiro latino-americano e de tecnologia bastante desenvolvida. Por outro lado, o Brasil manteve a ALALC à margem das restrições impostas às importações, de acordo com a diretriz de cumprimento integral dos compromissos assumidos no âmbito do Tratado de Montevideú, beneficiando fortemente os parceiros do continente, pois a elevação da alíquota para terceiros países ampliou significativamente a margem de preferência para os produtos importados da Zona.

Na VII Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, a delegação do Brasil apresentou proposta sobre as relações comerciais internacionais, que se desenvolveu posteriormente, durante a sessão ordinária da Assembléia Geral. Trata-se de negociação de um acordo geral sobre comércio entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento que proporcione uma matriz político-jurídica para negociações específicas, preenchendo lacunas de acordos existentes e corrigindo distorções resultantes de uma visão centrada nos países desenvolvidos. Tal acordo reconheceria, aos países em desenvolvimento, direito de acesso aos mercados dos países desenvolvidos para seus produtos de exportação, primários e manufaturados, bem como ao mercado de bens, indispensáveis ao processo de desenvolvimento. Aos países desenvolvidos seria reconhecido o direito de garantias de suprimento de matérias-primas em condições equânimes de preço. Por sua complexidade, a proposta, que significaria na realidade construir um novo ordenamento para o comércio mundial, não pôde ser examinada em todos os seus aspectos pela Assembléia, que a remeteu, para consideração, à XXXI Assembléia Ordinária e IV Sessão da UNCTAD.

Durante a XXX Assembléia Ordinária, tiveram grande importância para o Brasil os temas do desarmamento e dos usos pacíficos do espaço exterior. A atuação brasileira na consideração da questão do desarmamento visou a rejeitar os projetos de resolução que tendiam a limitar o acesso dos países em desenvolvimento à tecnologia nuclear para fins pacíficos e apoiar medidas que tinham por finalidade reduzir ou mesmo eliminar, sob efetivo controle internacional, o estoque de armas atômicas. No âmbito do uso pacífico do espaço exterior, a Assembléia continuou o exame da proposta apresentada, em 1974, pelo Brasil, Argentina e outros países latino-americanos, de um tratado que disciplina o sensoriamento remoto, por meio de satélites artificiais, dos recursos naturais da terra, recomendando que o Comitê Especial sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior aprofundasse esse estudo.

Entre os inúmeros temas constantes da agenda da Assembléia Geral das Nações Unidas, os itens sobre descolonização receberam especial ênfase, no tratamento das questões da Namíbia e da Rodésia. A delegação do Brasil pautou sua atuação segundo a posição tradicional de repúdio a toda e qualquer forma de colonialismo, discriminação social e racismo. Sobre a questão do Timor português, a delegação brasileira apoiou resolução que exigiu a retirada de tropas

invasoras, em apoio aos princípios da independência, integridade e autodeterminação dos antigos territórios coloniais.

Quanto à questão do Oriente Médio, o Brasil manteve, nas Nações Unidas, sua posição de princípio: sem deixar de reconhecer a Israel, como aos demais países da região, o direito à existência como Estado, o Brasil reconhece os direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e soberania, condição indispensável à solução do conflito da região. Reafirmou também sua posição tradicional no sentido de concitar Israel a acatar decisões e resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, tendo sempre por finalidade o estabelecimento de uma paz justa e duradoura na região. Nesse sentido, o Brasil considera que a ocupação de territórios pela força deve cessar.

O Brasil acompanhou o consenso em torno do projeto de resolução que solicitou ao Comitê *Ad Hoc* de Revisão da Carta das Nações Unidas continuar, por mais algum tempo, seus estudos sobre matéria tão complexa. Entende o Brasil que o *aggiornamento* das Nações Unidas deve compreender a adoção de medidas que possam ser levadas a efeito desde já, pela dinamização das estruturas existentes, independentemente de modificações no documento básico da Organização, que é a tarefa daquele Comitê *Ad Hoc*.

Na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada na cidade do México, a delegação brasileira apoiou decisões que ressaltavam o papel da mulher no desenvolvimento mundial, atribuíam prioridade para a ação governamental no tratamento do assunto e respeitavam as características inerentes a cada país.

A conferência sobre o Direito do Mar, com a tarefa de elaborar uma nova ordem jurídica para os oceanos, dentro de quadro político e estratégico de extrema complexidade, não pôde, ainda, na sessão de Genebra de 1975, chegar ao estado decisório. A grande conquista daquela reunião foi a crescente adesão dos diversos países à ideia de uma área de 200 milhas marítimas, nas quais o país costeiro terá um somatório de direitos, fórmula esta que começa a incluir alguns dos elementos que caracterizam o nosso mar territorial de 200 milhas. A próxima sessão da Conferência, em 1976, pretende ser a última e decisiva e terá, como base de negociações, textos elaborados pelos presidentes de suas três comissões, à luz dos diversos interesses e posições

manifesta dos até o momento. Trata-se, entretanto, de uma Conferência essencialmente política, cujas decisões ultrapassam o mero concerto de definições jurídicas.

Na LX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, dois fatos importantes assinalaram a participação do Brasil: sua eleição para o Conselho de Administração da OIT, por expressiva votação, significativa do prestígio do País na Organização, e, em segundo lugar, a aprovação, na Comissão de Resoluções e em plenário, de projeto brasileiro de Resolução sobre a Reabilitação e Reintegração Profissional de Pessoas Incapacitadas.

Na XIX Sessão da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, a delegação do Brasil formalizou convite, acolhido na ocasião, para que se realize no Rio de Janeiro, em setembro de 1976, a XX Sessão da Conferência.

Foi o Brasil eleito, na XVIII Conferência da FAO, para o recém-criado Comitê de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar, que substitui o Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos. Foi reeleito para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO, durante a IX Conferência da Comissão, e reconduzido, por expressiva maioria, ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, para exercer seu terceiro mandato consecutivo, Foi, também, eleito para a Presidência do Conselho de Representantes do GATT.

Temas Econômicos

Alguns temas econômicos, de especial relevância, exigiram atenção prioritária do Governo. A Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, convocada por iniciativa do Presidente da França e integrada por 8 países industrializados (dentre eles a Comunidade Econômica Européia, considerada como um só país, para efeitos de participação) e por 19 países em desenvolvimento, teve o sentido de buscar soluções pragmáticas para a crise econômica internacional, exacerbada após elevação dos preços do petróleo em outubro de 1973. Originalmente concebida como uma Conferência sobre Energia – e nesse caso se restringiria a um diálogo entre as grandes nações produtoras e consumidoras de petróleo – foi ela transformada, ao longo de sua fase preparatória, em um foro de maior alcance, graças à ação coordenada dos países em desenvolvimento. Desdobrada em quatro comissões (energia,

matérias-primas, desenvolvimento econômico e assuntos financeiros), a Conferência de Paris constituiu uma oportunidade de relacionamento econômico entre o mundo industrializado e os países em desenvolvimento, fora do clima de confrontação que vem entorpecendo o funcionamento das organizações internacionais, criadas no pós-guerra. Como país em desenvolvimento, duramente atingido pelos efeitos cumulativos da crise do petróleo e da recessão econômica mundial, o Brasil terá participação ativa na Conferência de Paris, cujos trabalhos substantivos se iniciarão propriamente em 1976.

O Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos de Energia Nuclear entre o Brasil e a RFA constitui um marco na história recente das relações entre países industrializados e países em desenvolvimento; prevê a transferência de um pacote tecnológico completo, que permitirá o desenvolvimento, no Brasil, de todo o chamado ciclo do combustível, garantindo, a longo prazo, a autonomia do País em setor de vital importância, do ponto de vista exclusivo da geração de energia, e de efeito multiplicador incalculável para a indústria brasileira de equipamentos pesados e componentes, bem como para a formação de recursos humanos, no campo específico da indústria nuclear e outras correlatas. Sua conclusão situa o Brasil, aos olhos do mundo desenvolvido, como parceiro válido em campos de cooperação econômica antes ciosamente reservados ao relacionamento especial entre países industrializados.

Prosseguiram em 1975, em Genebra, os trabalhos dos diversos Grupos em que se decompõem as Negociações Comerciais Multilaterais – NCMS, lançados oficialmente em Tóquio, em 1972, mas só efetivamente iniciados após a promulgação da Lei de Comércio norte-americana, em fins de 1974. Nelas, tem o Brasil uma participação ativa, procurando obter a aceitação, nos vários grupos de negociação, de princípios que impliquem, na prática, uma reforma do Acordo Geral – GATT. Entre esses princípios, o Brasil defende especialmente o de um tratado diferenciado favorável aos países em desenvolvimento, em todas as áreas de negociações (tarifária, não-tarifária e normativa). Alguns resultados parciais foram obtidos nesta fase preliminar das negociações, admitindo os países desenvolvidos, por exemplo, a viabilidade de tratamento diferenciado na área de subsídios e direitos compensatórios.

A negociação de novos acordos de café e de cacau em 1975 evidenciou as possibilidades de um entendimento profícuo e de um equilíbrio de vantagens entre países produtores e

consumidores de produtos de base. O segundo Acordo Internacional de Cacau, negociado e concluído sob os auspícios da UNCTAD, vigorará a partir de outubro de 1976. Nele foram mantidos os mesmos princípios básicos do primeiro acordo, que deixou de funcionar ante a alta violenta dos preços em 1973-1974; aprimoraram-se vários de seus mecanismos, elevando-se de forma substancial a faixa de preços, a qual poderá ainda sofrer revisões periódicas durante os 5 anos de vigência do instrumento. O terceiro convênio do café, também a vigorar por seis anos, a partir de 1976, representa um notável aperfeiçoamento com relação aos acordos de 1962 e 1968, permitindo composição altamente satisfatória de interesses, não só entre produtores e consumidores, como também entre os vários subgrupos de produtores. Uma de suas inovações mais relevantes é o sistema de cotas flexíveis, sujeitas a revisão anual, comum a parte variável calculada em função dos estoques dos membros produtores.

Em outros setores de atividade econômica, continuou o Brasil atuando na defesa dos objetivos nacionais de desenvolvimento, ao participar de negociações multilaterais no âmbito de conferências e agências especializadas da ONU (UNCTAD, FAO, OMPI, UNIDO, IMCO e outras) e de negociações bilaterais, notadamente nos campos de transportes marítimos e aéreos, pesca, acordos de bitributação, ampliação das relações econômicas com os países produtores de petróleo e outras nações em desenvolvimento e levantamento de recursos para o financiamento de programas nacionais de desenvolvimento.